Natanael Galvão Luz
OAB-TO 5384

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 33
ASS:

Augustinópolis/TO, 02 de janeiro de 2.020.

A Sua Excelência o Senhor
CARLOS ALBERTO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal
Carrasco Bonito - Tocantins

Assunto: proposta de prestação de serviços jurídicos especializados ao Município de Carrasco Bonito para o ano de 2.020.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

A par de cumprimentá-lo, a empresa NATANAEL GALVÃO LUZ – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA comparece à presença de Vossa Excelência com a finalidade de apresentar proposta de prestação de serviços especializados na área pública, conforme abaixo descrito, bem como seu corpo técnico.

O representante legal da pessoa jurídica e ora subscritor milita há mais de 07 (seis) anos, de forma especializada, na área do direito público, onde prestou e presta serviços a vários Municípios e Câmaras Legislativas deste Estado do Tocantins, mormente na região denominada "Bico do Papagaio". Esta prestação de serviços engloba a assessoria de gabinete, além da atuação junto a todos os procedimentos administrativos e judiciais de interesse do Município e fundos municipais. Além disso, o Escritório atua junto ao Tribunal de Justiça, Tribunais Superiores, além dos Tribunais de Contas do Estado e da União e de todos os organismos do Estado (Autarquias, Fundações, Secretarias etc) em todos os procedimentos de interesse do contratante.

Com efeito, na área pública, apresentamos à Vossa Excelência inúmeros ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, oriundo dos mais diversos clientes deste escritório, documentos estes que comprovam a excelência na

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 54
ASS:

prestação de serviços do Advogado proprietário do Escritório e seus prestadores de serviço.

Nesse sentido, para a prestação dos serviços a que alude este documento, o Escritório utiliza os parâmetros indicados pelo mercado atual e, **principalmente, a tabela de honorários fornecida pela Ordem dos Advogados do Brasil.** Desta forma, considerando todos os atributos acima expendidos, o valor mensal para a prestação dos serviços, a proposta do Escritório fica no valor de **R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).**

No que diz respeito ao corpo técnico, o Escritório Natanael Galvão Luz – Sociedade Individual, representado pelo seu sócio proprietário Natanael Galvão Luz, apresenta os demais advogados integrantes do Escritório mencionado, os quais auxiliarão na prestação de serviços jurídicos junto ao Município de Carrasco Bonito/TO.

Os profissionais mencionados tratam-se dos advogados Natanael Galvão Luz, inscrito na OAB/TO nº 5.384, titular e especialista em direito municipal, e Odean da Silva Lima Queiroz, inscrito na OAB/TO 8.679.

Importa informar ainda que o quadro do Escritório conta com outros auxiliares da área jurídica, além dos mencionados, os quais estarão à disposição do Município, conforme a necessidade.

Assim, aguardamos deliberação por parte desta municipalidade para início dos trabalhos.

Sem mais, atenciosamente.

NATANAEL GALVÃO LUZ
OAB/TO 5384



Natanael Galvão Luz

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/4240303351039465
Última atualização do currículo em 13/01/2019

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 55
Ass:

Possui graduação em Direito pela Faculdade Católica do Tocantins (2012). Atualmente é advogado - CORDENONZI & OTTAÑO ADVOGADOS ASSOCIADOS, com atuação na advocacia pública municipal. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil e Processual Civil, Direito Penal e Processual Penal, Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, Direito do Consumidor e Direito Previdenciário. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome Natanael Galvão Luz
Nome em citações bibliográficas LUZ, N. G.

Endereço

Endereço Profissional
CORDENONZI & OTTAÑO ADVOGADOS ASSOCIADOS.
Quadra 604 Sul Alameda 2, Lote 40
Plano Diretor Sul
77022044 - Palmas, TO - Brasil
Telefone: (63) 32157514

Formação acadêmica/titulação

2014 - 2016
Especialização em ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO MUNICIPAL BRASILEIRO. (Carga Horária: 360h).
Universidade de Araraquara, UNIARA, Brasil.
Título: COBRANÇA DE FGTS DE PREFEITURAS: ILEGALIDADE DA FISCALIZAÇÃO REALIZADA PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO.
Orientador: TIAGO ROMANO.

2007 - 2012
Graduação em Direito.
Faculdade Católica do Tocantins, FACTO, Brasil.
Título: A ORDEM PUBLICA COMO FUNDAMENTO PARA PRISÃO PREVENTIVA.
Orientador: MARIA DO CARMO COTA.
Bolsista do(a): .

Formação Complementar

2014 - 2016
Extensão universitária em ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO MUNICIPAL BRASILEIRO. (Carga horária: 200h).
Universidade de Araraquara, UNIARA, Brasil.

Atuação Profissional

CORDENONZI & OTTAÑO ADVOGADOS ASSOCIADOS, CO, Brasil.

Vínculo institucional
2012 - Atual Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Advogado

CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE, CMPN, Brasil.

Vínculo institucional
2015 - 2015
Vínculo institucional
2014 - 2014

Vínculo: ASSESSOR, Enquadramento Funcional: ASSESSORIA JURÍDICA

Vínculo: ASSESSOR, Enquadramento Funcional: ASSESSORIA JURÍDICA

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 56
Ass:

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.

Produções

Produção bibliográfica

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 57
ASE:



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO TOCANTINS
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO 5384

NOME
NATANAEL GALVÃO LUZ

FILIAÇÃO
ABRÃO DOS SANTOS DA LUZ
MARIA DA JESUS PEREIRA GALVÃO LUZ

NATURALIDADE
GRAJAÚ-MA

DATA DE NASCIMENTO
30/03/1987

RG
112426099-1 - GEJSP/MA

CPF
026.112.933-33

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
NÃO DECLARADO

VIA 02

EXPEDIDO EM
28/05/2015

EPITÁCIO BRANDÃO LOPES
PRESIDENTE

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº
Ass: 58

TOCANTINS

TABELA DE HONORÁRIOS
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL TOCANTINS

RESOLUÇÃO nº 004/2017, de 18 de agosto de 2017.

Dispõe sobre remuneração dos serviços advocatícios e aprova a tabela de honorários advocatícios no Estado do Tocantins.

O Conselho da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 58, I e V, da Lei n.º 8.906, de 4.7.94, bem como pelo art. 111 do Regulamento Geral do EAOAB, reunido em sessão extraordinária realizada em 18 de agosto de 2017.

CONSIDERANDO o disposto no art. 22 a 26 da Lei n.º 8.906/94, e art. 35 a 43 do Código de Ética e Disciplina da OAB;

CONSIDERANDO a indispensável necessidade da atualização da TABELA DE HONORÁRIOS, visando à dignidade da classe, obstar o aviltamento dos valores dos serviços profissionais e manter a justa remuneração dos advogados e advogadas do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO também a necessidade de disciplinar acerca de áreas do direito ainda não tratadas pela **TABELA DE HONORÁRIOS** até então vigente, bem como, ponderando pela regulamentação dos valores mínimos para a realização de diligências e audiências, inclusive com vistas a proteger os profissionais em início de carreira;

CONSIDERANDO, em síntese, a necessidade de fixar e uniformizar os valores mínimos de honorários cobrados pela Advocacia do Estado do Tocantins, como um todo,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a anexa **TABELA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO ESTADO DO TOCANTINS**, que passa a vigorar com a redação anexa, e servirá, após publicada no site da Seccional, de referência a todos os advogados e advogadas inscritos nesta Seccional, orientando-os na contratação de seu trabalho profissional, a fim de evitar excessos e, principalmente, o aviltamento nos valores, de modo que não atentem contra a dignidade da advocacia.

Parágrafo Único. A Tabela destina-se, ainda, a prestar auxílio ao Poder Judiciário na fixação de honorários de advogado dativo e de assistente judiciário, bem como nos arbitramentos judiciais de honorários advocatícios, nos casos em que a legislação o determinar ou possibilitar, nos termos do artigo 22, §§1º e 2º da Lei 8.906/94.

Art. 2º. Fica atribuído o valor de R$ 100,00 (cem reais) à Unidade Referencial de Honorários (URH), que servirá de referência básica para os honorários advocatícios fixados na tabela anexa, a ser reajustado anualmente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 59
Ass:

OAB
TOCANTINS

(IGPM), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, por outro índice que, ao critério do Conselho Seccional, seja mais fiel ao aumento de custos da atividade.

Parágrafo Único. Fica estabelecido o mês de março como data-base para correção dos valores da tabela anexa, a partir do novo valor fixado a título de Unidade Referencial de Honorários (URH) pelo Conselho Seccional.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor em todo o Estado do Tocantins a partir de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palmas, 13 de novembro de 2017.

Walter Ohofugi Júnior
Presidente da OAB/TO

Célio Henrique Magalhães Rocha
Secretário – Geral

Lucélia Maria Rodrigues Sabino
Vice - Presidente

Graziela Tavares de Souza Reis
Secretária Geral Adjunta

Luiz Renato de Campos Provenzano
Tesoureiro

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 60
Ass:

OAB
TOCANTINS

TABELA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Art. 1º Recomenda-se à advocacia contratar os seus honorários previamente e por escrito, observados os parâmetros contidos nesta tabela, as disposições do Estatuto da Advocacia, do Regulamento Geral do EAOAB e do Código de Ética e Disciplina da OAB, não sendo vedado o pacto verbal de honorários, embora desaconselhável.

Art. 2º Esta tabela indica honorários proporcionais aos serviços jurídicos contratados, devendo ser levada em consideração a maior ou menor complexidade da causa, o trabalho e o tempo necessários, a importância do interesse econômico e os conhecimentos do advogado (a), sua experiência, seu conceito como profissional e a condição econômica do cliente.

Art. 3º O contrato de honorários deve conter cláusulas disciplinando, dentre outras, as seguintes matérias:

a) o serviço a ser prestado, o valor, a forma de pagamento e o índice de reajustamento da verba honorária;

b) se o valor dos honorários advocatícios for composto de parte variável, esta poderá ser fixada sobre o valor bruto da condenação;

c) a responsabilidade pelo pagamento das custas, dos emolumentos e das demais despesas processuais;

d) a responsabilidade pelo pagamento das despesas com locomoção, alimentação e hospedagem;

e) a responsabilidade pelo pagamento de honorários de outros advogados para acompanhar cartas precatórias ou diligências em comarca distinta daquela em que tramita o feito, bem como o aviamento e a sustentação oral de recursos nos órgãos de Segundo Grau de Jurisdição ou em Tribunais Superiores.

Art. 4º A contratação de mais de 10 (dez) atos ou processos poderá ser justificativa para a flexibilização dos valores mínimos constantes na presente tabela.

Art. 5º Nos casos em que a tabela indicar o valor da verba honorária em percentual e, também, em valor determinado, dever-se-á entender o primeiro como sendo o percentual mínimo e, o segundo, como valor mínimo habitualmente praticado pela classe.

Art. 6º Na ausência de especificação, quanto ao momento do pagamento, 1/3 da verba honorária contratada deverá ser paga no ato da outorga da procuração, outro tanto até a sentença de primeiro grau e o restante no final, nos termos do parágrafo 3º do art. 22 da Lei 8.906/94.

Art. 7º Salvo ajuste em contrário, os honorários pactuados compreendem somente o patrocínio da causa em primeiro grau de jurisdição e a interposição ou resposta de recurso para o segundo

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 61
Ass:

grau, não estando incluídos quaisquer atos ulteriores, a exemplo da sustentação oral, que deverão ser contratados especificamente.

Art. 8º As diárias profissionais e as despesas de viagem, transporte, alimentação e estadia são independentes dos honorários profissionais pelos serviços prestados, devendo ser antecipado pelo constituinte o equivalente mínimo de duas (2) diárias.

Art. 9º O desempenho da advocacia é atividade meio, não de resultados, razão pela qual os honorários contratados serão devidos independentemente do êxito da demanda, do desfecho do assunto tratado, ou da composição, judicial ou extrajudicial, celebrada entre as partes.

Art. 10. Os honorários advocatícios sucumbenciais e assistenciais pertencem exclusivamente ao advogado ou à sociedade de advogados, sem prejuízo do direito à percepção dos honorários contratados, descabendo em relação a estes a imposição de compensações, reduções ou exclusões.

Art. 11. Havendo revogação do mandato antes do término do serviço sem que ocorra culpa do advogado, os honorários serão devidos proporcionalmente ao serviço executado, podendo ainda o contrato advocatício indicar multa para tais situações, observado o disposto no artigo 22 do Código de Ética e Disciplina.

Art. 12. É aconselhável que a advocacia cobre sempre o valor da consulta quando alguma matéria jurídica ou conecta à profissão lhe for apresentada. Se em função da consulta sobrevier prestação de serviços, a critério dos contratantes, o valor da consulta poderá ou não ser abatido dos honorários a serem contratados.

Art. 13. O advogado substabelecido com reserva de poderes deverá sempre ajustar os honorários com o substabelecente, podendo, ou não, abater os que foram pagos previamente à sua contratação.

Art. 14. A verba honorária pactuada não compreende a prestação de serviços em quaisquer incidentes processuais ou em procedimentos acessórios ou preventivos, salvo se previamente convencionados.

Art. 15. Nas ações em que houver condenação ao pagamento de prestações vencidas e vincendas, a porcentagem será calculada sobre o total vencido acrescido do valor correspondente a 12 (doze) prestações vincendas, salvo se menor o prazo em que forem devidas ou se for expressamente fixada de forma diferente por esta tabela.

Art. 16. O advogado poderá receber como honorários parte dos bens em litígio, desde que previsto no contrato e nos termos do parágrafo 1º do art. 50 do Código de Ética e Disciplina da OAB, com a aquiescência de todos os interessados, guardadas as proporções entre o valor estipulado com base na presente Resolução e o valor real dos bens recebidos em pagamento.

Art. 17. É vedado à advocacia a percepção de honorários que contrariem a presente resolução, com a justificativa do profissional ter custeado a causa, com as exceções do art. 48, parágrafo 3º do Código de Ética e Disciplina da OAB.

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 02
Ass:

Parágrafo Único. O valor custeado pelo advogado, na forma do *caput* deste artigo, será ressarcido pelo cliente, sem que este importe seja deduzido dos honorários contratados ou sucumbenciais.

Art. 18. Havendo necessidade de arbitramento e cobrança judicial dos honorários advocatícios, deve o advogado renunciar ao patrocínio da causa.
Art. 19. Todas as despesas judiciais ou extrajudiciais, tais como as de locomoção, alimentação, hospedagem, viagem, transporte, certidões ou cópias, serão suportadas pelo cliente, devendo o advogado contratado fazer a devida prestação de contas.

Parágrafo Único. Caso os serviços do Advogado tenham que ser prestados fora da sede, além dos honorários contratuais pactuados, aplica-se também o disposto no item IV da presente tabela (viagens e diárias).

Art. 20. A realização de acordo entre as partes litigantes não implica na redução do valor dos honorários contratados, salvo a expressa aquiescência do advogado.

Art. 21. O contrato de honorários que, pelo decurso de tempo ou pela superveniência de circunstâncias imprevisíveis à época do ajuste, se torne excessivamente oneroso para o advogado, poderá ser objeto de revisão.

Art. 22. Os serviços não contemplados nesta tabela deverão ser cobrados com equidade e moderação, observados os critérios do local da prestação, bem como o tempo e a complexidade do trabalho, fixando os honorários, no mínimo, em 20% (vinte por cento) do valor envolvido na demanda, quando for possível estipular este valor.

Art. 23. Na hipótese da adoção de cláusula *quota litis*, os honorários devem ser necessariamente representados por pecúnia e, quando acrescidos dos honorários da sucumbência, não podem ultrapassar 50% sobre as vantagens advindas em favor do cliente, observando-se o disposto no Art. 50 da Resolução nº 002/2015 do Conselho Federal da OAB.

Art. 24. É facultado ao Advogado incluir o valor da consulta no contrato de honorários e a sua cobrança ao final.

Art. 25 A tabela deverá ser amplamente divulgada entre os inscritos e encaminhada ao Poder Judiciário para os fins do Art. 22 do Estatuto da Advocacia.

Art. 26. A íntegra da Tabela de Honorários, além de publicada no Diário Oficial, ficará disponível no site: www.oab-to.org.br.

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 03
ASS:

OAB
TOCANTINS

I - CONSULTA				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**PERCENTUAL**	**VALOR**	**URH**
1.1	Sem/com litígio	-	R$ 200,00	2
1.2	Em horário fora do expediente (*acresce no item 1.1*)	-	R$ 100,00	1
1.3	No domicílio do cliente (*acresce no item 1.1 e 1.2*)	-	R$ 150,00	1,5
II - PARECER				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**PERCENTUAL**	**VALOR**	**URH**
2.1	Simples	-	R$ 1.000,00	10
2.2	Complexo (*análise de documentos e embasamento jurisprudencial e doutrinário*)	-	R$ 2.000,00	20
III - ELABORAÇÃO DE CONTRATOS, DISTRATOS E MINUTAS (até 5% do valor global)				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**PERCENTUAL**	**VALOR**	**URH**
3.1	Sociedades anônimas	-	R$ 5.000,00	50
3.2	Sociedades por quotas de responsabilidade limitada e assemelhadas	-	R$ 2.000,00	20
3.3	Sociedade e associações civis	-	R$ 2.000,00	20
3.4	Fundações	-	R$ 2.000,00	20
3.5	Loteamentos e respectivos memoriais	-	R$ 6.000,00	60
3.6	LOCAÇÃO E ARRENDAMENTO (LOCADOR E LOCATÁRIO PAGARÃO OS VALORES ESTABELECIDOS NA OCASIÃO DA ASSINATURA DO CONTRATO)			
3.6.1	Para fins residenciais	10% do valor da soma das 12 primeiras parcelas	R$1.000,00	10
3.6.2	Para fins não residenciais	10% do valor da soma das 12 primeiras parcelas	R$2.000,00	20
3.7	COMODATO, CESSÃO E OUTROS CONTRATOS INOMINADOS			
3.7.1	Fins residenciais	-	R$ 600,00	6
3.7.2	Fins não residenciais	-	R$ 800,00	8
3.7.3	Promessa de compra e venda	10% do valor do bem	R$ 600,00	6

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 04
FLS nº 64
ASS:

	de coisa móvel			
3.7.4	Promessa de compra e venda de coisa imóvel	10% do valor do bem	R$ 1.000,00	10
3.7.5	Reserva de domínio de coisa móvel	5% do valor do bem	R$ 600,00	6
3.7.6	Alienações com garantia fiduciária	5% do valor do bem alienado	R$800,00	8
3.7.7	Fiança	5% do valor do bem afiançado	R$ 600,00	6
3.7.8	Aforamento e enfiteuse	5% do valor do bem	R$ 800,00	8
3.7.9	União estável	-	R$ 800,00	8
3.7.10	Cessão de créditos ou de direitos	-	R$ 600,00	6
3.7.11	Sub-rogação	-	R$ 600,00	6
3.7.12	Hipoteca	5% do valor do bem	R$ 800,00	8
3.7.13	Elaborar contrato particular definitivo de compra e venda de imóvel, quando o valor de venda for menor que 30 salários mínimos	5% do valor do bem	R$ 1.000,00	10
3.8	Doação	5% do valor do bem	R$ 800,00	8
3.9	Minutas de testamentos, testamentos particulares ou codicilos	2% do valor global dos bens	R$ 2.000,00	20
IV – VIAGENS E DIÁRIAS				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**PERCENTUAL**	**VALOR**	**URH**
4.1	Diária profissional (*independente de despesas de transporte, alimentação, estadia*)	-	R$ 500,00	5
4.2	Locomoção (o correspondente ao valor da passagem de avião (ida e volta), ou, o valor correspondente à quilometragem rodada por táxi ou automóvel de aluguel (ida e volta), sendo o veículo de propriedade do advogado será cobrado R$ 1,90 por km rodado ou 50% do preço do litro de gasolina, prevalecendo a opção de maior valor			

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 65
Ass:

OAB
TOCANTINS

V – ADVOCACIA MENSAL OU DE PARTIDO				
ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR	URH
5.1	SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO E SEM OBRIGAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE HORÁRIO DE ATENDIMENTO			
5.1.1	Em caráter meramente consultivo	-	R$ 1.500,00	15
5.1.2	Com assistência total na comarca da sede do advogado	-	R$ 3.000,00	30
5.1.3	Com assistência total em comarca diversa da do advogado, independente de despesas de diárias profissionais, diárias de estadia, alimentação e transporte	-	R$ 4.000,00	40
VI – CONDOMÍNIOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR	URH
6.1	Convenção ou regimento interno	-	R$ 2.000,00	20
6.2	Alteração de convenção ou de regulamento interno	-	R$1.500,00	15
6.3	Outros contratos condominiais	-	R$ 1.000,00	10
6.4	Representação em Assembleia geral	-	R$ 700,00	7
6.5	Registro público de contrato, alteração, estatuto, regimento, regulamento, incorporação, etc.	-	R$ 1.000,00	10
VII – NATURALIZAÇÃO E CIDADANIA				
ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR	URH
7.1	Naturalização	-	R$ 3.500,00	35
7.2	Dupla cidadania	-	R$ 5.000,00	50
7.3	Defesa contra a perda da nacionalização	-	R$ 6.500,00	65
7.4	Defesa contra a perda da dupla cidadania	-	R$ 6.500,00	65

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 02
ASS:

7.5	Recursos inominados relativos a naturalização e/ou cidadania	-	R$ 5.000,00	50
7.6	Defesa na expulsão ou extradição	-	R$ 5.000,00	50
7.7	Pedido de permanência e assemelhados	-	R$ 4.500,00	45
7.8	Opção de Nacionalidade	-	R$2.000,00	20

VIII – DEFESA EM INQUÉRITOS ADMINISTRATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR	URH
8.1	Em que caiba demissão	10% do rendimento anual	R$ 4.000,00	40
8.2	Nos demais casos	5% do rendimento anual	R$ 3.000,00	30
8.3	Recursos (cada)	-	R$ 2.000,00	20
8.4	Medidas cautelares administrativas	-	R$ 1.600,00	16
8.5	Audiências em processo administrativo	-	R$ 800,00	8

IX – TUTELAS DE URGÊNCIAS E EVIDÊNCIAS (5% do valor da causa) COM O MÍNIMO DE:

ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR	URH
9.1	Tutelas antecedentes de urgência e evidência	-	R$2.000,00	20
9.2	Tutelas incidentes	-	R$ 1.000,00	10

X – AÇÕES CÍVEIS

ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR	URH
10.1	Possessória de bem móvel	20% do valor da causa	R$ 2.000,00	20
10.2	Possessória de bem imóvel	20% do valor da causa	R$ 4.500,00	45
10.3	Usucapião Extrajudicial de Propriedade nua	10% do valor da causa	R$ 4.000,00	40
10.4	Usucapião Extrajudicial de	10% do valor da causa	R$ 5.000,00	50

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 69
ASS:

	Propriedade com benfeitorias ou rentável			
10.5	Usucapião Judicial de Propriedade nua	10% do valor da causa	R$ 6.000,00	60
10.6	Usucapião Judicial de Propriedade com benfeitorias ou rentável	10% do valor da causa	R$ 7.000,00	70
10.7	Ação de divisão ou de demarcação	20% do valor da causa	R$ 7.000,00	70
10.8	Ação de divisão e demarcação	20% do valor da causa	R$ 6.000,00	60
10.9	Ação popular, ação civil pública e ação de improbidade administrativa	20% do valor da causa	R$ 6.000,00	60
10.10	Ação rescisória	20% do valor da causa	R$ 6.000,00.	60
10.11	AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS			
10.11.1	Pela primeira fase	10% do valor da causa	R$ 1.200,00	12
10.11.2	Pela segunda fase	-	R$ 1.000,00	10
10.11.3	Advogado do Credor	acrescer 10% sobre o saldo recebido, independente de honorários de sucumbência;	-	-
10.11.4	Advogado do Devedor	acrescer 10% sobre o saldo pago.	-	-
10.11.5	Embargos de terceiro	20% do valor da causa	R$ 2.500,00	25
10.12	DESAPROPRIAÇÃO			
10.12.1	Propriedade rural nua	20% sobre o valor da indenização total ou do proveito econômico	R$5.000,00	50
10.12.2	Propriedade rural com benfeitoria ou rentável	20% sobre o valor da indenização total ou do proveito econômico	R$ 8.000,00	80
10.12.3	Propriedade urbana, sem	20% sobre o valor da	R$ 4.000,00	40

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 65
Ass:

	benfeitoria	indenização total ou do proveito econômico		
10.12.4	Propriedade urbana, com benfeitoria	20% sobre o valor da indenização total ou do proveito econômico	R$ 5.000,00	50
10.12.5	Ação reivindicatória	20% sobre o valor da indenização total ou do proveito econômico	R$ 4.000,00	40
10.12.6	Especialização de Hipoteca Legal	20% sobre o valor da indenização total ou do proveito econômico	R$ 2.000,00	20
10.13	Dúvida Registral Inversa	-	R$ 2.500,00	25
10.14	Dúvida Registral (acompanhamento e petição)	-	R$ 1.800,00	18
10.15	Dúvida Registral (Advogado atuando pelo Suscitado)	-	R$ 2.500,00	25
10.16	Procedimento de retificação de matrícula ou registro previsto pela Lei 6.015/73	-	R$ 3.000,00	30
10.17	Ação de Invalidade de Registro	-	R$ 3.000,00	30
10.18	Outras ações ordinárias ou que sejam convoladas em ordinária	20% do valor da causa	R$ 3.000,00	30
10.19	Procedimento especial de jurisdição voluntária (quando não constar de tabela específica)	10% do valor da causa	R$ 2.000,00	20
10.20	Procedimento especial de jurisdição contenciosa (quando não constar de tabela específica)	10% do valor da causa	R$ 2.000,00	20
10.21	Reconvenção	50 % sobre o valor ajustado para contestação	-	00
10.22	Exceções (em apartado)	5% do valor da causa	R$ 1.500,00	15
10.23	Outros incidentes (em apartado ou não)	5% do valor da causa	R$ 1.500,00	15

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 69
ASS:

10.24	Intervenção de terceiros (pelo interveniente ou demandado)	10% do valor da causa	R$ 1.500,00	15
10.25	Litisconsórcio e assistência (quando não houver tabela específica para a natureza do procedimento)	10% do valor da causa	R$ 1.500,00	15
10.26	Ação Declaratória (autônoma ou incidental)	10% do valor da causa	R$ 2.000,00	20
10.27	Ação de Cobrança	20% do proveito econômico	R$500,00	5
10.28	Ação de indenização por danos materiais e morais	20% do proveito econômico	-	00
10.29	Execução de título extrajudicial (pelo credor ou devedor)	10% do valor da causa	R$ 1.000,00	10
10.30	Execução de título judicial, se o advogado atuou no processo de cognição (pelo credor ou devedor)	10% do valor da causa	R$ 1.000,00	10
10.31	Execução de título judicial, por quaisquer das partes, quando o advogado não atuou no processo de cognição	10% do valor da causa	R$ 1.000,00	10
10.32	Execução para entrega de coisa	10% do valor da causa	R$ 1.500,00	15
10.33	Execução da obrigação de fazer ou de não fazer	10% do valor da causa	R$ 1.500,00	15
10.34	Insolvência civil (pelo credor)	10% do valor da causa	R$ 4.000,00	40
10.35	Insolvência Civil (pelo devedor)	10% do valor da causa	R$ 2.600,00	26
XI – DESPEJOS E INQUILINATO				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**PERCENTUAL**	**VALOR**	**URH**
11.1	Ação de despejo por falta de pagamento (pelo locador ou sublocador)	10% do valor de débito	R$ 1.500,00	15
11.2	Ação de despejo por outra infração legal ou contratual	10% do valor da causa	R$ 1.000,00	10

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº
ASS: 70

	(pelo locador ou sublocador)			
11.3	Ação de despejo por outros fundamentos (pelo locador ou sublocador)	10% do valor da causa	R$ 2.500,00	25
11.4	Ação de purgação de mora (pelo locatário ou sublocatário)	10% do valor de débito	R$ 950,00	9,5
11.5	Contestação por falta de pagamento	10% do valor da causa	R$ 1.000,00	10
11.6	Contestação por outros motivos	10% do valor da causa	R$ 1.500,00	15
11.7	Pedido de prazo para desocupação de imóvel	10% do valor da causa	R$ 950,00	9,5
11.8	Retenção por benfeitorias	10% do valor da causa	R$ 1.500,00	15
11.9	Pedido de restituição de depósito ou caução	10% do valor da causa	R$ 950,00	9,5
11.10	Revisão, arbitramento e reajuste de aluguéis (pelo locatário ou sublocatário).	10% do valor do reajuste	R$ 2.000,00	20
11.11	Revisão, arbitramento e reajuste de aluguéis (pelo locador ou sublocador).	10% sobre o cálculo final	R$ 2.000,00	20
11.12	Ação renovatória de locação	15% do valor da causa	R$ 2.900,00	29
11.13	Fiança – extinção ou substituição	10% do valor da causa	R$ 1.500,00	15
11.14	Ação de consignação em pagamento de aluguéis (pelo Autor)	10% do valor da oferta	R$ 1.500,00	15
11.15	Ação de consignação em pagamento de aluguéis (pelo Requerido)	10% do valor da causa	R$ 1.500,00	15
XII – ADVOCACIA NO JUÍZO DE FAMÍLIA E JUÍZO DE REGISTRO CIVIL				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**PERCENTUAL**	**VALOR**	**URH**
12.1	Justificação de nascimento, casamento ou óbito pelo pedido e acompanhamento.	-	R$ 1.500,00	15

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 91
ASS:

12.2	Retificação, cancelamento, restauração ou suprimento civil	-	R$ 1.500,00	15
12.3	Alvará de suprimento de consentimento de outorga	-	R$ 1.200,00	12
12.4	Outros alvarás	10% do proveito econômico	R$ 1.200,00	12
12.5	Legitimação extrajudicial de filhos (pela minuta ou assistência à escritura de legitimação)	-	R$ 1.500,00	15
12.6	Legitimação judicial de filhos	-	R$ 2.000,00	20
12.7	Adoção por escritura pública	-	R$ 1.500,00	15
12.8	Adoção por procedimento judicial	-	R$ 3.000,00	30
12.9	Adoção Internacional	-	R$5.000,00	50
12.10	Reconhecimento de filhos por escritura pública	-	R$ 3.000,00	30
12.11	Reconhecimento de filhos por procedimento judicial	-	R$ 1.500,00	15
12.12	Reconhecimento de filhos por procedimento administrativo em cartorário	-	R$ 1.500,00	15
12.13	Tutela e guarda de menores por escritura pública	-	R$ 1.500,00	15
12.14	Tutela e guarda de menores por procedimento judicial consensual	-	R$ 2.000,00	20
12.15	Tutela e guarda de menores por procedimento judicial litigioso	-	R$ 3.000,00	30
12.16	Regulamentação de visitas	-	R$ 2.000,00	20
12.17	Busca e apreensão	-	R$ 2.000,00	20
12.18	Destituição do Poder Familiar	-	R$ 3.000,00	30

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 92
Ass:

12.19	Renúncia ou desistência do Poder Familiar	-	R$ 2.800,00	28
12.20	Venda judicial de bens de menores	10% do valor do bem	R$ 2.000,00	20
12.21	Interdição	-	R$ 3.000,00	30
12.22	DIVÓRCIO			
12.22.1	Extrajudicial sem bens a partilhar	-	R$ 2.000,00	20
12.22.2	Extrajudicial com bens a partilhar	5% do valor da soma dos bens, e	R$2.000,00	20
12.22.3	Consensual com partilha judicial dos bens	10% do valor da soma dos bens, e	R$3.000,00	30
12.22.4	Consensual que se torna litigioso sem bens a partilhar	-	R$ 3.000,00	30
12.22.5	Consensual que se torna litigioso com bens a partilhar	Aplica-se o subitem 12.22.3		
12.22.6	Divórcio litigioso sem bens a partilhar	-	R$ 3.000,00	30
12.22.7	Divórcio litigioso com bens a partilhar	Aplica-se o subitem 12.22.3		
12.22.8	Divórcio de casamento no estrangeiro	-	R$5.000,00	50
12.22.9	Partilha de bens em divórcio, quando o advogado não tiver patrocinado a causa originária	5% do valor da soma dos bens	R$ 3.500,0	35
12.22.10	Reconvenção	10% sobre o valor ajustado para contestação	-	00
12.22.11	Restauração de sociedade conjugal	-	R$ 3.500,00	35
12.23	ALIMENTOS			
12.23.1	Pelo credor	10% sobre 12 meses de pensão alimentícia	R$ 1.500,00	15

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 79
ASS:

OAB
TOCANTINS

12.23.2	Pelo devedor	5% sobre o débito	R$ 1.500,00	15
12.23.3	Quando o acionado deixar de pagar a pensão por decisão judicial transitada em julgado	10% sobre doze (12) prestações pedidas	R$ 1.600,00	16
12.23.4	Execução de sentença de alimentos (pelo credor)	10% sobre a verba que receber	R$ 1.500,00	15
12.23.5	Execução de sentença de alimentos (pelo devedor)	5% sobre a verba que pagar	R$ 1.500,00	15
12.23.6	Habeas-corpus, mandado de segurança ou relaxamento de prisão em matéria cível	-	R$ 2.000,00	20
12.23.7	Revisão, aumento ou redução de pensão	10% da parte reduzida ou aumentada se deferida ao advogado	R$ 2.000,00	20
12.23.8	Outros incidentes ou pedidos referentes a alimentos	-	R$ 1.000,00	10
12.24	Anulação de casamento – sem bens	-	R$ 400,00	4
12.25	Anulação de casamento com bens a partilhar	-	R$ 2.000,00	20
12.26	Emancipação	-	R$ 1.500,00	15
12.27	Processos de valor inestimável	-	R$ 1.500,00	15
12.28	Investigação de paternidade – não cumulada com petição de herança	-	R$ 2.500,00	25
12.29	Investigação de paternidade – cumulada com petição de herança	-	R$ 4.500,00	45
12.30	Negatória de paternidade	-	R$ 4.000,00	40
12.31	Retificações de áreas e confrontações de imóveis em inventário e partilha em	5% dos valores dos bens ou do quinhão	R$ 2.500,00	25

PROC. nº 94
FLS nº 71
Ass:

	dissolução de sociedade conjugal			
12.32	Retificação de partilha por via administrativa	-	R$ 1.600,00	16
12.33	Retificação de partilha por via judicial	-	R$ 2.000,00	20
12.34	Outras atividades no foro de família, não previstas nesta Tabela	-	R$ 1.500,00	15
12.35	DIREITOS HOMOAFETIVOS			
12.35.1	Ação de reconhecimento de dupla Maternidade/Paternidade	-	R$5.000,00	50
12.35.2	Ação de requalificação civil, para alteração de nome e de gênero de transexuais em assento de nascimento, independente da realização de cirurgia para readequação de sexo	-	R$7.000,00	70

XIII – FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**PERCENTUAL**	**VALOR**	**URH**
13.1	Requerimento de falência ou recuperação judicial com a decretação da quebra	10% sobre o valor do crédito ajuizado	R$ 2.500,00	25
13.2	Requerimento para pagamento	5% do crédito objeto do pedido	R$ 1.500,00	15
13.3	Sendo julgado improcedente o pedido de falência ou recuperação judicial	10% sobre o valor do crédito ajuizado	R$ 1.500,00	15
13.4	Pedido de restituição, reivindicação e embargos de terceiro (sem impugnação)	2% sobre o valor dos bens	R$ 1.500,00	15
13.5	Pedido de restituição, reivindicação e embargos de terceiro (com impugnação ou contestação)	4% sobre o valor dos bens	R$ 2.000,00	20
13.6	Habilitação de créditos (sem impugnação)	-	R$ 1.500,00	15
13.7	Habilitação de créditos (com impugnação)	-	R$ 2.600,00	26

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 75
ASS:

13.8	Habilitação retardatária	-	R$ 1.500,00	15
13.9	Embargos à falência	5% sobre o valor do crédito se procedente os embargos, e	R$ 3.500,00	35
13.10	Arguição de matéria relevante pelo devedor	-	R$ 2.600,00	26
13.11	Extinção de falência	10% sobre o valor do crédito	R$ 2.600,00	26
13.12	Arguição de falsidade	-	R$ 1.500,00	15
13.13	Assistência ao falido	-	R$ 2.600,00	26
13.14	Assistência ao administrador da recuperação judicial	-	R$ 2.600,00	26
13.15	Extinção de recuperação judicial	10% sobre o valor do crédito	R$ 2.600,00	26
13.16	Interdição do falido	-	R$ 3.500,00	35
13.17	Exercício da função de ou administrador, enquanto advogado	0,5%	R$ 15.000,00	150
XIV – ADVOCACIA FISCAL E TRIBUTÁRIA				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**PERCENTUAL**	**VALOR**	**URH**
14.1	Defesa administrativa perante 1ª instância fiscal	-	R$ 2.500,00	25
14.2	Defesa administrativa perante 2ª instância fiscal	-	R$ 3.000,00	30
14.3	Dação em pagamento	-	R$ 2.500,00	25
14.4	Embargos de devedor	10% do valor do débito	R$ 2.500,00	25
14.5	Embargos na execução por carta	10% do valor do débito	R$ 1.600,00	16
14.6	Embargos de declaração	10% do valor do débito	R$ 1.600,00	16
14.7	Embargos infringentes	10% do valor do débito	R$ 1.600,00	16
14.8	Embargos à adjudicação	10% do valor do débito	R$ 1.600,00	16
14.9	Embargos de terceiros	10% do valor do débito	R$ 2.500,00	25
14.10	Exceção de incompetência de juízo	10 % sobre o valor ajustado para contestação	-	00

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 76
ASS:

14.11	Exceção de suspeição ou outras	10 % sobre o valor ajustado para contestação	-	00
14.12	Exceção de pré-executividade	5% do valor do débito	R$ 2.500,00	25
14.13	Pedido de parcelamento de débito	-	R$ 1.000,00	10
14.14	Anulatória fiscal	10% sobre o valor do crédito	R$ 2.500,00	25
14.15	Apelação em âmbito fiscal	-	R$ 2.000,00	20
14.16	Liberação de mercadorias	10% sobre o valor dos bens	R$ 3.500,00	35
14.17	Outras atividades não compreendidas acima	-	R$ 2.000,00	20

XV – ADVOCACIA PREVIDENCIÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR	URH
15.1	Postulação administrativa de Benefício	30% sobre o proveito econômico auferido pelo cliente.	R$ 2.000,00	20
15.2	Revisão administrativa de benefício	30% sobre o real proveito econômico auferido pelo cliente.	R$ 2.500,00	25
15.3	Demais postulações administrativas	-	R$ 1.500,00	15
15.4	Postulação Administrativa em Regime Próprio	10% da soma das 12 (doze) primeiras parcelas dos proventos auferidos pelo cliente.	R$ 4.000,00	40
15.5	Postulação judicial para Concessão e/ou restabelecimento de benefício	30% sobre o proveito econômico auferido pelo cliente.	R$ 5.000,00	50
15.6	Postulação judicial- Ação revisional de benefício	30% sobre o proveito econômico auferido pelo cliente.	R$ 5.000,00	50
15.7	Demais postulações judiciais	-	R$ 2.000,00	20
15.8	Realização de audiências previdenciárias nos contratos	-	R$ 200,00	2

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 97
Ass:

	de risco			
15.9	Para os efeitos desta tabela, consideram-se como proveito econômico os valores retroativos acrescidos da soma das 12 (doze) primeiras parcelas do benefício auferido pelo cliente (art. 50, §2º, Resolução nº 002/2015 CFOAB).			
15.10	Se o benefício auferido pelo cliente não atingir o mínimo 12 (doze) prestações mensais, os percentuais incidirão sobre o retroativo e as parcelas efetivamente pagas ao cliente.			
15.11	Os Honorários Advocatícios provenientes de questões previdenciárias, judiciais ou não, poderão ser recebidos de uma só vez, quando da implantação do benefício ou no pagamento dos atrasados.			
15.12	No benefício de salário-maternidade, os percentuais citados anteriormente incidirão apenas sobre as parcelas efetivamente pagas, sem observância de valor mínimo disposto nesta tabela.			
XVI – MANDADO DE SEGURANÇA				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**PERCENTUAL**	**VALOR**	**URH**
16.1	Sem valor demandado	-	R$ 3.000,00	30
16.2	Com valor demandado (pelo impetrante)	10% do valor da causa	R$3.000,00	30
16.3	Havendo litisconsortes	10% do valor da causa por cada litisconsorte	R$ 1.500,00	15
16.4	Recurso Ordinário	-	R$ 3.000,00	30
XVII– ADVOCACIA TRABALHISTA				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**PERCENTUAL**	**VALOR**	**URH**
17.1	Reclamação trabalhista em favor do reclamante	20% sobre o valor bruto devido ao Reclamante na condenação ou acordo	-	-
17.2	Contestação trabalhista em favor do reclamado	20% sobre o valor bruto pedido pelo Reclamante na exordial	R$ 2.000,00	20
17.3	Homologação de rescisão contratual	10% do valor da rescisão	R$ 1.500,00	15
17.4	Atuação avulsa em qualquer assunto de caráter trabalhista (sem valor declarado)	-	R$ 2.000,00	20
17.5	Atuação avulsa em qualquer assunto de caráter trabalhista	20% sobre o valor declarado	R$ 1.200,00	12

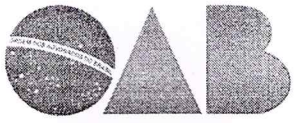
PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 78
ASS:

	(com valor declarado)			
17.6	Atuação em audiência de conciliação	-	R$400,00	4
17.7	Atuação em audiência de instrução	-	R$ 800,00	8
17.8	Reclamação plúrima	cada parte pagará 20% sobre a condenação ou acordo	R$ 1.500,00	15
17.9	Inquérito por falta grave de empregado estável	-	R$ 2.000,00	20
17.10	Dissídio coletivo de natureza econômica	20% sobre a vantagem pleiteada	R$ 20.000,00	200
17.11	Dissídio coletivo de natureza não econômica	-	R$ 15.000,00	150
17.12	Embargos (do devedor, de execução, penhora, terceiros)	20% do valor	R$ 1.800,00	18
17.13	Execução	10% do valor exequendo	R$ 2.000,00	20
17.14	Recurso ordinário	10% do valor da condenação	R$ 2.400,00	24
17.15	Recurso de revista	15% do valor da condenação	R$ 3.000,00	30
17.16	Recurso de agravo de petição	10% do valor da execução	R$ 2.500,00	25
17.17	Agravo de instrumento	-	R$ 2.000,00	20
17.18	Alvará de levantamento em geral	-	R$ 1.000,00	10
17.19	Recurso extraordinário	-	R$ 5.500,00	55
17.20	Rescisória trabalhista	15% do valor da causa	R$ 4.500,00	45
17.21	Para efeitos desta tabela, os honorários não poderão ultrapassar 50% sobre as vantagens advindas a favor do cliente, observando-se o art. 50 da Resolução nº 002/2015 CFOAB.			

XVIII – ADVOCACIA A SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES

ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR	URH
18.1	Assessoria a associações e sindicatos dos trabalhadores com até 500 associados	-	R$ 1.800,00 para contrato mensal	18
18.2	Assessoria a associações sindicato de trabalhadores com	-	R$ 3.000,00 para	30

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 99
Ass:



	500 a 1000 associados		contrato mensal	
18.3	Assessoria a associações e sindicato de trabalhadores com mais de 1000 associados	-	R$ 5.000,00 para contrato mensal, com acréscimo de R$ 2.000,00 sobre cada grupo de 1000 associados	50
18.4	Assessoria a associação e ou entidades sindicais patronais com até 10 empresas representados na base territorial	-	R$ 4.000,00 para contrato mensal	40
18.5	Assessoria a associação e ou entidades sindicais patronais com 10 a 20 empresas representados na base territorial	-	R$ 6.000,00 para contrato mensal	60
18.6	Assessoria a associação e ou entidades sindicais patronais com mais de 20 empresas representados na base territorial	-	R$ 8.000,00 por grupo de 10 associados, para contrato mensal	80
XIX – ADVOCACIA CRIMINAL				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**PERCENTUAL**	**VALOR**	**URH**
19.1	Diligência em termo circunstanciado de Juizados Especiais Criminais	-	R$ 1.000,00	10
19.2	Diligência em termo circunstanciado de Juizados Especiais Criminais - horário noturno	-	R$ 2.000,00	20
19.3	Atuação em inquérito policial (e outras investigações criminais) desde a instauração de portaria até a apresentação de relatório final	-	R$ 3.500,00	35
19.4	Ato judicial	-	R$ 1.800,00	18
19.5	Atos junto a órgãos policiais de dia (das 07 às 18hs)	-	R$ 1.000,00	10
19.6	Atos junto a órgãos policiais à	-	R$ 2.000,00	20

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 80
Ass:

	noite (das 19 às 6hs)			
19.7	Exame de processo penal com parecer verbal	-	R$ 2.000,00	20
19.8	Defesa em procedimentos juizado especial criminal (Da Fase Preliminar até a publicação da sentença)	-	R$ 3.000,00	30
19.9	TURMA RECURSAL			
19.9.1	Interposição de apelação	-	R$ 2.000,00	20
19.9.2	Elaboração e apresentação de memoriais	-	R$ 600,00	6
19.9.3	Sustentação oral	-	R$ 1.000,00	10
19.9.4	Embargos Declaratórios (Prequestionamento)	-	R$ 1.000,00	10
19.10	Atuação em processo relativo ao Estatuto da Criança e do Adolescente	-	R$ 4.000,00	40
19.11	Defesa em procedimento comum (desde a denúncia até a publicação da sentença)	-	R$ 6.000,00	60
19.12	Atuação em audiência por nomeação de juiz	-	R$ 1.000,00	10
19.13	Defesa em procedimentos especiais (desde a denúncia até a publicação da sentença)	-	R$ 10.000,00	100
19.14	Defesa em procedimentos especiais, com foro privilegiado (desde a denúncia até a publicação da sentença)	-	R$ 20.000,00	200
19.15	Defesa em procedimento do tribunal júri (desde a denúncia até a sentença de pronúncia)	-	R$ 20.000,00	200
19.16	Defesa em procedimento de júri: atuação em plenário e recursos inerentes no Tribunal do Estado	-	R$ 20.000,00	200
19.17	Assistência à acusação	(os mesmos valores aplicados à defesa)		
19.18	OFERECIMENTO DE QUEIXA-CRIME OU REPRESENTAÇÃO			

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 81
Ass:

19.18.1	Pela representação	-	R$ 3.000,00	30
19.18.2	Pelo acompanhamento	-	R$ 3.000,00	30
19.18.3	Defesa em processo de execução penal	-	R$ 6.000,00	60
19.19	Pedido de relaxamento de flagrante, liberdade provisória com ou sem concessão de fiança, revogação preventiva e revogação temporária	-	R$ 4.000,00	40
19.20	Pedido Incidental de benefício em processo de execução penal	-	R$ 1.500,00	15
19.21	Acompanhamento de busca e apreensão	-	R$ 1.000,00	10
19.22	Acompanhamento de busca e apreensão em procedimento de crime contra a propriedade imaterial	-	R$ 3.000,00.	30
19.23	Impetração de Ação autônoma de *Habeas Corpus* preventivo ou liberatório	-	R$ 6.000,00	60
19.24	Impetração de Ação autônoma de *Habeas Corpus* preventivo ou liberatório, em horário de plantão	-	R$ 7.000,00	70
19.25	Impetração de Ação autônoma de *Habeas Corpus* para trancamento de ação penal	-	R$ 8.000,00	80
19.26	Impetração de Ação autônoma de Mandado de Segurança contra ato jurisdicional penal	-	R$ 6.000,00	60
19.27	Impetração de Ação autônoma de revisão criminal	-	R$ 8.000,00	80
19.28	Interposição de apelação	-	R$ 6.000,00	60
19.29	Elaboração e apresentação de memoriais junto ao Tribunal de Justiça	-	R$ 3.000,00	30
19.30	Sustentação oral em Tribunal de Justiça	-	R$ 3.000,00	30
19.31	Embargos Infringentes em grau de recurso	-	R$ 3.000,00	30
19.32	Embargos Declaratórios (Prequestionamento) em grau de recurso	-	R$ 2.000,00	20

PREF. M. CB - TO
PREF. M. CB - TO

OAB
TOCANTINS

19.33	Cumprimento de carta de ordem	-	R$ 1.000,00	10
19.34	Recurso Especial	-	R$ 10.000,00	100
19.35	Recurso Extraordinário	-	R$ 10.000,00	100
19.36	Elaboração e apresentação de memoriais nos Tribunais Superiores	-	R$ 3.000,00	30
19.37	Sustentação oral nos Tribunais Superiores	-	R$ 5.000,00	50
19.38	Embargos Declaratórios nos Tribunais Superiores	-	R$ 3.000,00	30
19.39	Cumprimento de carta de ordem	-	R$ 2.000,00	20
19.40	Audiência de custódia	-	R$1.000,00	10
19.41	A contratação da advocacia para acompanhamento de todos os atos, nos processos criminais, até o transito em julgado, afasta a aplicabilidade desta tabela sobre os valores individualizados por ato	-	-	00
XX – ADVOCACIA NO FORO MILITAR				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**PERCENTUAL**	**VALOR**	**URH**
20.1	PROCESSO ADMINISTRATIVO			
20.1.1	Pela defesa – 1ª instância	-	R$ 4.200,00	42
20.1.2	Pela justificação de revelia	-	R$ 2.200,00	22
20.1.3	Exceções preliminares com a defesa preliminar	-	R$ 1.500,00	15
20.1.4	Só defesa preliminar	-	R$ 1.500,00	15
20.1.5	Defesa de revel	-	R$ 4.200,00	42
20.1.6	Só pedido de diligência	-	R$ 1.000,00 por diligência	10
20.1.7	Pedido de atendimento com justificação	-	R$ 1.500,00	15
20.1.8	Justificação de relevância excepcional de comportamento militar	-	R$ 5.000,00	50
20.1.9	Relaxamento de prisão com justificação	-	R$ 3.500,00	35

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº
Ass: 83

20.1.10	Recurso em sentido estrito	-	R$ 3.500,00	35
20.1.11	Recurso de apelação	-	R$ 4.200,00	42
20.1.12	Recurso de embargos	-	R$ 3.500,00	35
20.1.13	Recurso de revisão	-	R$ 4.200,00	42
20.1.14	Correição parcial	-	R$ 4.200,00	42
20.1.15	Recurso de reclamação	-	R$ 3.500,00	35
20.1.16	Recurso especial ou extraordinário	-	R$ 7.000,00	70
20.1.17	Recurso ordinário	-	R$ 6.000,00	60
20.1.18	Avocação de processo	-	R$ 1.500,00	15
20.2	HABEAS CORPUS NO ÂMBITO MILITAR			
20.2.1	Pelo pedido	-	R$ 4.000,00	40
20.2.2	Recurso de habeas corpus	-	R$ 2.600,00	26
20.2.3	Em processos especiais	o mesmo critério do subitem 22.2.2 com acréscimo de 20% em cada serviço realizado		
20.3	Conselho de justificação	-	R$ 3.500,00	35
20.4	Processo militar por crime contra a Segurança nacional	-	R$ 20.000,00	200
20.5	Outras atividades deste foro	-	R$ 1.500,00	15

XXI – RECURSOS CÍVEIS E COMERCIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR	URH
21.1	Embargos de declaração	-	R$ 2.000,00	20
21.2	Pedido de Tutela Provisória ou Antecedente	-	R$ 5.000,00	50
21.3	Agravo de instrumento (autônomo)	-	R$ 2.000,00	20
21.4	Agravo regimental	-	R$ 1.500,00	15
21.5	Representação	-	R$ 1.800,00	18
21.6	Incidente de uniformização de jurisprudência	-	R$ 2.000,00	20
21.7	Apelação	-	R$ 3.300,00	33

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 84
ASS:

21.8	Recurso adesivo	-	R$ 2.800,00	28
21.9	Recurso especial	-	R$ 7.000,00	70
21.10	Recurso extraordinário	-	R$ 7.200,00	72
21.11	Conflito de jurisprudência	-	R$ 2.000,00	20
21.12	Reclamação correicional	-	R$ 1.800,00	18
21.13	Memorial	-	R$ 2.300,00	23
21.14	Sustentação oral	-	R$ 2.300,00.	23
21.15	Recurso inominado	-	R$ 2.200,00	22
21.16	Avocação de processos ou autos	-	R$ 1.500,00	15
21.17	Representação por inconstitucionalidade	-	R$ 5.500,00	55
21.18	Outras atuações na instância superior	-	R$ 3.000,00	30
XXII – JUIZADOS ESPECIAIS				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**PERCENTUAL**	**VALOR**	**URH**
22.1	Atuação em 1ª Instância	20% sobre o proveito econômico auferido pelo cliente.	R$ 500,00	5
22.2	Em 2ª instância	20% sobre o real proveito econômico auferido pelo cliente.	R$500,00	5
22.3	Para efeitos desta tabela, os honorários não poderão ultrapassar 50% sobre as vantagens advindas a favor do cliente, observando-se o art. 50 da Resolução nº 002/2015 CFOAB.			
XXIII – INFÂNCIA E JUVENTUDE				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**PERCENTUAL**	**VALOR**	**URH**
23.1	Intervenção em qualquer processo	-	R$ 2.500,00	25
XXIV – ADVOCACIA MUNICIPALISTA				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**PERCENTUAL**	**VALOR**	**URH**
24.1	CÂMARA MUNICIPAL			
24.1.1	Câmara Municipal de Município com índice de FPM 0,6	-	R$ 3.500,00 mensal	35

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 04
FLS nº 85
Ass:

TOCANTINS

24.1.2	Câmara Municipal de Município com índice de FPM 0,8	-	R$ 3.800,00 mensal	38
24.1.3	Câmara Municipal de Município com índice de FPM 1.0	-	R$ 4.100,00 mensal	41
24.1.4	Câmara Municipal de Município com índice de FPM 1.2 -	-	R$ 4.500,00 mensal	45
24.1.5	Câmara Municipal de Município com índice de FPM 1.4 -	-	R$ 4.900,00 mensal	49
24.1.6	Câmara Municipal de Município com índice de FPM 1.6 -	-	R$ 5.300,00 mensal	53
24.1.7	Câmara Municipal de Município com índice de FPM 1.8 -	-	R$ 5.700,00 mensal	57
24.1.8	Câmara Municipal de Município com índice de FPM 2.0 -	-	R$ 6.100,00 mensal	61
24.1.9	Câmara Municipal de Município com índice de FPM acima de 2.0 -	-	R$ 6.600,00 mensal	66
24.2	PREFEITURA MUNICIPAL			
24.2.1	Prefeitura de Município com índice de FPM 0,6	-	R$ 9.200,00 mensal	92
24.2.2	Prefeitura de Município com índice de FPM 0,8	-	R$ 10.200,00 mensal	102
24.2.3	Prefeitura de Município com índice de FPM 1.0	-	R$ 11.300,00 mensal	113
24.2.4	Prefeitura de Município com índice de FPM 1.2 -	-	R$ 12.300,00 mensal	123
24.2.5	Prefeitura de Município com índice de FPM 1.4 -	-	R$ 13.300,00 mensal	133
24.2.6	Prefeitura de Município com índice de FPM 1.6 -	-	R$ 14.300,00 mensal	143
24.2.7	Prefeitura de Município com índice de FPM 1.8 -	-	R$ 15.300,00 mensal	153
24.2.8	Prefeitura de Município com índice de FPM 2.0 -	-	R$ 16.300,00 mensal	163
24.2.9	Prefeitura de Município com índice de FPM acima de 2.0 -	-	R$ 17.300,00 mensal	173
24.3	FUNDO MUNICIPAL	Aplica-se os mesmos valores atribuídos às Câmaras Municipais		

PREF. M. CB - TO

TOCANTINS

XXV – ADVOCACIA ELEITORAL				
ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR	URH
25.1	Queixa, representação ou impugnação	-	R$ 5.000,00	50
25.2	Defesa em processo por infração eleitoral sujeita a pena privativa de liberdade (com foro privilegiado)	-	R$ 20.000,00	200
25.3	Defesa em processo por infração eleitoral sujeita a pena privativa de liberdade (sem foro privilegiado)	-	R$ 10.500,00	105
25.4	Defesa em processo por infração eleitoral sujeita a pena de multa	-	R$ 5.000,00	50
25.5	Defesa em processo por infração eleitoral sujeita à perda de mandato	-	R$ 15.000,00	150
25.6	Recurso ao Tribunal Regional Eleitoral	-	R$ 5.000,00	50
25.7	Recurso aos Tribunais Superiores	-	R$ 10.000,00	100
25.8	Sustentação Oral	-	R$ 5.000,00	50
25.9	Mandado de Segurança ou Habeas Corpus	-	R$ 3.000,00	30
XXVI – ATIVIDADES EXTRAJUDICIAIS INSTITUIDAS PELA LEI Nº 11.441/2007.				
ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR	URH
26.1	Assistência advocatícia na celebração de escritura pública de inventário e partilha	4% sobre o valor de cada quinhão	R$1.700,00	17
26.2	Assistência advocatícia na celebração de escritura pública de Divórcio ou de Conversão de Separação em Divórcio (sem bens a partilhar)	-	R$2.000,00	20
26.3	Assistência advocatícia na celebração de escritura pública de Divórcio ou de Conversão de Separação em Divórcio (com bens a partilhar).	3% sobre o valor dos bens do casal	R$ 2.500,00	25
26.4	Ação de reconhecimento e dissolução de união estável adotando no que couber os valores constantes na ação de divórcio	-	-	00

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 89

OAB
TOCANTINS

26.4	Fixação de pensão alimentícia	Aos valores previstos nos itens anteriores serão acrescidos os honorários de 10% sobre uma mensalidade dos alimentos, assegurada a verba mínima de R$ 500,00		
XXVII – ATIVIDADE EM MATÉRIA DE TRÂNSITO				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**PERCENTUAL**	**VALOR**	**URH**
27.1	FASE ADMINISTRATIVA			
27.1.2	Assistência a Defesa Prévia e Recursos de Infração de Trânsito	20%	R$400,00	4
27.1.3	Suspensão do Direito de Dirigir por Pontuação	20%	R$700,00	7
27.1.4	Suspensão do Direito de Dirigir por infração que preveja essa penalidade administrativa	20%	R$1.000,00	10
27.1.5	Sumário de Centro de Formações de Condutores	20%	R$2.000,00	20
27.1.6	Sumário de Centro de Remoção e Depósito	20%	R$2.000,00	20
27.1.7	Sumário de CRVA	20%	R$2.000,00	20
27.1.8	Perante o DETRAN/CETRAN	20%	R$2.000,00	20
	FASE JUDICIAL			
27.2	Ação ou defesa	20%	R$2.500,00	25

XXVIII– ADVOCACIA CORRESPONDENTE				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**PERCENTUAL**	**VALOR**	
28.1	DILIGÊNCIAS EM GERAL			
28.1.1	Protocolo Físico / Administrativo / Eletrônico sem vinculação / Solicitar e retirar certificado digital / Solicitação e retirada de certidões / Emissão e recolhimento de guias de custas / Retirada, levantamento e envio de alvará		R$150,00	1,5
28.1.2	Apontamentos e acompanhamento em qualquer órgão público (Exames de Documentos/Papéis/Processos) – Extrajudicial		R$ 200,00	2

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 86
Ass:

28.1.3	Apontamentos e acompanhamento em qualquer órgão público (Exames de Documentos/Papéis/Processos) – Judicial	R$ 300,00	3
28.1.4	Protocolo eletrônico (1º protocolo)	R$350,00	3,5
28.1.5	Demais protocolos eletrônicos do mesmo processo	R$100,00	1
28.1.6	Protocolo e distribuição de carta precatória	R$200,00	2
28.1.7	Protocolo e distribuição de recursos / incidentes processuais em 1ª instância	R$150,00	1,5
28.1.8	Protocolo e distribuição de ações / recursos / incidentes processuais em 2º instância e tribunais superiores	R$200,00	2
28.1.9	Acompanhar citação / notificação / intimação / interpelação e demais atos processuais	R$200,00	2
28.1.10	Análise ou consulta de processo e envio de relatório simples	R$200,00	2
28.2	CÓPIAS E CERTIDÕES		
28.2.1	Cópias	R$100,00	1
28.2.2	Retirada de certidões	R$150,00	1,5
28.3	ACOMPANHAMENTO E DILIGÊNCIA PARA EXAMES PERICIAIS		
28.3.1	Caráter administrativo	R$ 400,00	4
28.3.2	Caráter extrajudicial	R$ 300,00	3
28.3.3	Caráter judicial	R$ 500,00	5
28.4	AUDIÊNCIA ADMINISTRATIVA / MINISTÉRIO PÚBLICO		
28.4.1	Conciliação / instrução	R$400,00	4
28.5	JUÍZO CÍVEL (ESTADUAL OU FEDERAL), JUSTIÇA DO TRABALHO OU JUIZADO ESPECIAL CÍVEL		
28.5.1	Audiência do CEJUSC	R$200,00	2
28.5.2	Audiência de conciliação com ou sem acordo	R$200,00	2
28.5.3	Audiência de instrução, prosseguimento, oitiva de testemunhas ou una	R$300,00	3

PREF. M. CD - TO
PREF. M. CS - TO
PROC. nº 94
FLS nº 89
ASS:

TOCANTINS

28.6	JUSTIÇA COMUM E FEDERAL NA ESFERA PENAL, JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL E DEMAIS		
28.6.1	Audiência de custódia	R$1.000,00	10
28.6.2	Audiência no JECRIM	R$800,00	8
28.6.3	Diligências em órgãos policiais em horário de expediente	R$600,00	6
28.6.4	Diligências em órgãos policiais fora do horário de expediente	R$800,00	8
28.6.5	Diligências em unidades prisionais em horário de expediente	R$800,00	8
28.6.6	Diligências em unidades prisionais fora do horário de expediente	R$1.000,00	10
28.7	OUTROS		
28.7.1	Entrega de memoriais sem despacho	R$150,00	1,5
28.7.2	Entrega de memoriais com despacho (por gabinete)	R$400,00	4
28.7.3	Entrega pedido de preferência, adiamento (por escrito) – sem despacho	R$200,00	2
28.7.4	Despachar com juiz ou desembargador	R$300,00	3
28.7.5	Despachar com secretário de vara ou assessoria	R$ 200,00	2
28.7.6	Acompanhamento de sessão no tribunal sem sustentação oral	R$400,00	4
28.7.7	Audiência ou despacho em comarca acima de 50 km de distância do domicílio profissional do advogado	Acrescenta-se R$ 100,00 + despesas de locomoção aos valores acima referidos	-
28.7.8	Acompanhamento de busca e apreensão de veículos	R$350,00	3,5
28.7.9	Acompanhamento ou realização de quaisquer outros procedimentos e diligências não descritos nesta tabela	R$150,00	1,5
28.7.10	Outros procedimentos previstos na tabela	Mínimo de 40% sobre o item específico	-

UNIARA

Universidade de Araraquara

PORTARIA MINISTERIAL Nº 612 DE 15-07-2016 - D.O.U - 19-07-2016

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Certificado de Conclusão

Natanael Galvão Luz, RG Nº 112426099-1, nascido a 30 de março de 1987, em Grajaú, Estado do Maranhão, concluiu o Curso de ***ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO MUNICIPAL BRASILEIRO*** - nível de Pós-Graduação "Lato Sensu", de acordo com a Resolução CNE/CES Nº 1 DE 08/06/2007.

Araraquara, 13 de fevereiro de 2017.

Prof. Me. Ricardo Arruda Mauro
Secretaria Geral
R.G. 29.368.568-X

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro
Reitor
R.G. 2.212.428

Prof. Me. Fernando Passos
Chefe de Departamento - CJU
R.G. 12.485.334

PREF. M. CB - TO
PROC. nº
FLS nº
Ass.

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 91
Ass:

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE MAURILÂNDIA DO TOCANTINS-TO
PODER LEGISLATIVO
CNPJ: 25.064.130/0001-19
Biênio 2019/2020 Seriedade e compromisso

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a **SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA NATANAEL GALVÃO LUZ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.129.390/0001-65, com sede na Rua Planalto, nº 523, Centro, Augustinópolis/TO, representada pelo advogado **NATANAEL GALVÃO LUZ**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Seccional do Estado do Tocantins, sob o nº 5384, portador do RG nº. 112426099-1 SSP-MA e inscrito no CPF/MF sob o nº 026112933-33, com endereço profissional na Rua Planalto, nº 523, Centro, Augustinópolis – TO, prestou serviços à **CÂMARA MUNICIPAL DE MAURILÂNDIA DO TOCANTINS/TO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 25.064.130/0001-19, com endereço na Avenida Ulisses Guimarães, s/nº, Centro, Maurilândia do Tocantins/TO, de consultoria jurídica, no exercício de 2019, acompanhando os processos administrativos de interesse dessa Câmara Municipal, inclusive os andamentos perante o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), sendo cumpridor dos prazos e termos firmados na contratação.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo o profissional cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e profissionalmente.

Maurilândia do Tocantins, 20 de dezembro de 2019.

Genivaldo Carneiro Cavalcante
CPF: 624.683.751-49
Presidente da Câmara

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 92
ASS:

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS
Rua Novo Horizonte nº 02 – centro -Buriti do Tocantins
CNPJ Nº 00.612.924/0001-49 CEP- 77995 – 000

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a **SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA NATANAEL GALVÃO LUZ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.129.390/0001-65, com sede na Rua Planalto, nº 523, Centro, Augustinópolis/TO, representada pelo advogado **NATANAEL GALVÃO LUZ**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Seccional do Estado do Tocantins, sob o nº 5384, portador do RG nº. 112426099-1 SSP-MA e inscrito no CPF/MF sob o nº 026112933-33, com endereço profissional na Rua Planalto, nº 523, Centro, Augustinópolis – TO, prestou serviços à **CÂMARA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS/TO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 00.612.924/0001-49, com endereço na Av. Novo Horizonte, nº 100, Centro, Buriti do Tocantins/TO, de consultoria jurídica, no exercício de 2019, acompanhando os processos administrativos de interesse dessa Câmara Municipal, inclusive os andamentos perante o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), sendo cumpridor dos prazos e termos firmados na contratação.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo o profissional cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e profissionalmente.

Buriti do Tocantins, 20 de dezembro de 2019.

IRIS BORGES LOPES
PRESIDENTE BIÊNIO 2019/2020

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 24
93

ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA DE PRAIA NORTE

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA NATANAEL GALVÃO LUZ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.129.390/0001-65, com sede na Rua Planalto, nº 523, Centro, Augustinópolis/TO, representada pelo advogado **NATANAEL GALVÃO LUZ**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Seccional do Estado do Tocantins, sob o nº 5384, portador do RG nº. 112426099-1 SSP-MA e inscrito no CPF/MF sob o nº 026112933-33, com endereço profissional na Rua Planalto, nº 523, Centro, Augustinópolis – TO, prestou serviços à **CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE/TO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 07.783.321/0001-59, com endereço na Rua Getúlio Vargas, s/nº, Centro, Praia Norte/TO, de consultoria jurídica, no exercício de 2019, acompanhando os processos administrativos de interesse dessa Câmara Municipal, inclusive os andamentos perante o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), sendo cumpridor dos prazos e termos firmados na contratação.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo o profissional cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e profissionalmente.

Praia Norte, 20 de dezembro de 2019.

JEREMIAS ROBERTO DOS SANTOS BORGES
PRESIDENTE BIÊNIO 2019/2020

Jeremias Roberto dos S. Borges
Presidente

PREF. M. CG - TO
PROC. nº 94
FLS nº 94
ASS:

CORDENONZI e OTTAÑO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que o advogado **NATANAEL GALVÃO LUZ**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Seccional do Estado do Tocantins, sob o nº 5384, portador do RG nº. 112426099-1 SSP-MA e inscrito no CPF/MF sob o nº 026112933-33, com endereço profissional na Rua Planalto, nº 523, Centro, Augustinópolis – TO, prestou serviços ao escritório de advocacia **CORDENONZI & OTTAÑO ADVOCACIA E CONSULTORIA S/S**, pessoa jurídica de direito privado, com inscrição no CNPJ nº. 09.358.372/0001-69, com endereço na Quadra 604 Sul, Alameda 02, lote 40, CEP 77.022.044, Palmas/TO, por seu Representante o **SR. MAURÍCIO CORDENONZI**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/TO 2.223-b, de serviços de consultoria na área pública, mormente pública municipal desde 16 de agosto de 2012, acompanhando os processos judiciais e administrativos patrocinados pelo escritório no interesse dos clientes, inclusive os andamentos perante o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), sendo cumpridor dos prazos e termos firmados na contratação.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo o profissional cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e profissionalmente, estando trabalhando até a presente data.

Palmas, 31 de dezembro de 2018.

Quadra 604 Sul Alameda 02 Lote 40 - Palmas/TO
Fone: 3215 8612 / e-mail: cordenonzieottano2@gmail.com
www.coadvogados.com

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº
ASS: 95

Mauricio Cordenonzi
Oab/To 2.223-b

MAURICIO CORDENONZI
OAB/TO N. 2.223-B

Quadra 604 Sul Alameda 02 Lote 40 - Palmas/TO
Fone: 3215 8612 / e-mail: cordenonzieottano2@gmail.com
www.coadvogados.com

ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA DE PRAIA NORTE

PREF. M. CS - TO
PROC. nº 94
FLS nº 96
Ass:

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que o advogado **NATANAEL GALVÃO LUZ**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Seccional do Estado do Tocantins, sob o nº 5384, portador do RG nº. 112426099-1 SSP-MA e inscrito no CPF/MF sob o nº 026112933-33, com endereço profissional na Rua Planalto, nº 523, Centro, Augustinópolis – TO, prestou serviços à **CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE/TO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 07.783.321/0001-59, com endereço na Rua Getúlio Vargas, s/nº, Centro, Praia Norte/TO, de consultoria jurídica, no exercício de 2015, acompanhando os processos administrativos de interesse dessa Câmara Municipal, inclusive os andamentos perante o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), sendo cumpridor dos prazos e termos firmados na contratação.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo o profissional cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e profissionalmente.

Praia Norte, 31 de dezembro de 2015.

IVONETE PEREIRA DE CASTRO
PRESIDENTE BIÊNIO 2015/2016

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 97
ASS:

ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA DE PRAIA NORTE

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que o advogado **NATANAEL GALVÃO LUZ**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Seccional do Estado do Tocantins, sob o nº 5384, portador do RG nº. 112426099-1 SSP-MA e inscrito no CPF/MF sob o nº 026112933-33, com endereço profissional na Rua Planalto, nº 523, Centro, Augustinópolis – TO, prestou serviços à **CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE/TO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 07.783.321/0001-59, com endereço na Rua Getúlio Vargas, s/nº, Centro, Praia Norte/TO, de consultoria jurídica, no exercício de 2014, acompanhando os processos administrativos de interesse dessa Câmara Municipal, inclusive os andamentos perante o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), sendo cumpridor dos prazos e termos firmados na contratação.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo o profissional cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e profissionalmente.

Praia Norte, 31 de dezembro de 2014.

FRANCISCO ESEQUIEL SANTOS
PRESIDENTE BIÊNIO 2013/2014

OAB
TOCANTINS

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 98
ASS:

Comissão de Sociedade Simples e Individual

CERTIDÃO Nº 12/2018

Certifico para os devidos fins que se fizerem necessários, que revendo o livro de **REGISTRO DE SOCIEDADES**, verifiquei constar, o registro de Sociedade Individual denominada de **NATANAEL GALVÃO - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, sob o nº. **427**, às fls. 192/195 do livro nº. 12, em **05 de Março de 2018**. Certifico mais que a referida Sociedade tem como titular o advogado **NATANAEL GALVÃO LUZ**, inscrito nesta Seccional sob o nº. 5.384. É o que me cumpre certificar. Dada e passada na Secretaria da Comissão de Registro de Sociedade da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Tocantins, Palácio da Cidadania, aos **06 dias do mês de Março do ano de 2018**.

Soraia Glória de Aquino Pinheiro
Comissão de Registro de Sociedade da OAB-TO

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 99
Ass:

Natanael Galvão Luz
OAB-TO 5384

"Em R.U.S.P. e ANUO nesta data as fls 01/02
Livro nº 12 de Registro de Sociedades
Simples de Advogados sob o nº 427
Palmas 05 / 03 / 18
Sonia Gloria A. Pinheiro

ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

NATANAEL GALVÃO LUZ, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 112426099-1 – SSP/MA, inscrito no CPF/MF sob o nº 026.112.933-33, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Tocantins, sob o n°. 5384, residente e domiciliado na Rua Planalto, nº 523, Centro, Augustinópolis/TO, CEP 77960-000, resolve constituir sociedade individual de advocacia, doravante designada simplesmente "Sociedade", que se regerá pela Lei nº 8.906/94 e Provimento 170/16 editado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e pelos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - RAZÃO SOCIAL

A Sociedade utilizará a razão social **NATANAEL GALVÃO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - SEDE

A Sociedade tem sede na cidade de Augustinópolis, Estado do Tocantins, na rua Planalto, nº 523, centro, CEP 77960-000.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBJETO

A Sociedade tem como objeto o exercício da advocacia e disciplinar o expediente coletivo e os resultados patrimoniais, sendo vedada a consecução de qualquer outra atividade cumulativamente ao exercício da advocacia.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO

Sonia Gloria A. Pinheiro
Sec. OSI - OAB

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 100
ASS:

O prazo de duração é indeterminado, tendo iniciado em 02 de janeiro de 2018.

CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL

O capital social, inteiramente subscrito e integralizado, neste ato em moeda corrente do País é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE DO CONSTITUINTE E PROCURAÇÕES DE CLIENTES

Além da sociedade, o constituinte responde subsidiária e ilimitadamente perante terceiros pelos danos causados aos clientes, por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer.

Com relação à responsabilidade do constituinte pelas obrigações não oriundas de danos a clientes, aplica-se o regime do artigo 1.023 do Código Civil.

As procurações outorgadas pelos clientes à Sociedade, nomearão o constituinte, devendo conter, nos respectivos instrumentos de mandato, o número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e indicar a sociedade de que faça parte.

CLÁUSULA SÉTIMA - ADMINISTRAÇÃO

Caberá ao constituinte a administração dos negócios sociais.

É absolutamente vedado, sendo nulo e ineficaz em relação à Sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais, inclusive prestação de avais, fianças e outros atos gratuitos, mesmo que em benefício do próprio constituinte.

Simone Gloria A. Pinheiro
Sec CSI - OAB

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 101
Ass:

CLÁUSULA OITAVA – RESULTADOS PATRIMONIAIS

O exercício social corresponde ao ano civil. Ao final de cada exercício, levantar-se-á balanço patrimonial da Sociedade e se apurará os resultados, cabendo ao titular os lucros ou perdas apuradas.

Poderão ser levantados balanços intermediários mensais, trimestrais ou por outros períodos, para fins contábeis, para eventual distribuição de lucros ou apuração de prejuízos e/ou para outros objetivos de interesse da Sociedade.

CLÁUSULA NONA - DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

A Sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa de seu titular, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do titular.

A Sociedade será dissolvida em consequência do falecimento do seu titular e o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial existente à data da resolução, verificado em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DECIMA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O constituinte declara, sob as penas da lei, que não está sujeito a qualquer hipótese de incompatibilidade ou impedimento para o exercer a advocacia ou participar desta sociedade. Declara, ainda, que não participa de nenhuma outra sociedade de advogados inscrita nesta seccional e que não está incurso em nenhuma penalidade que o impeça de participar desta Sociedade.

Soraia Gloria A. Pinheiro
sec. CSI - OAB

PROC. nº 94
FLS nº 100

Os casos omissos neste instrumento serão resolvidos de conformidade com as disposições legais aplicáveis à espécie.

As alterações deste Contrato Social serão sempre consolidadas.

Assina o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Augustinópolis, 05 de janeiro de 2018.

1º CARTÓRIO

NATANAEL GALVÃO LUZ
OAB/TO 5384

Testemunhas

Nome: [illegible] Nome: Rogério David Barbosa
Identidade: [illegible] Identidade: 245 244 SSP/TO
CPF: 052.013.539-56 CPF: 849-888-851-20

1º TABELIONATO DE NOTAS
DEL. EMANUEL ACHIAMA REIS DE SOUSA
CPF 154.437.221-00 Tabelião
AV. JK – ACSUL 10 (T-10) LOTE 05 (T-1) – CEP 77.020-044 – PALMAS – TO – FONE: (63) 3215-4375
Selo nº 126433AAA820581-MIV
Autenticidade: http://corregedoria.tjto.jus.br/indice.php/selodigital
Reconheço Verdadeira a assinatura indicada de NATANAEL GALVÃO LUZ. Dou Fé "1038" Palmas -TO, 08 de janeiro de 2018. Custas: R$1,25, FUNCIVIL: R$0,50, TFJ: R$0,25, ISS: R$0,06.Ivanilde Alves Guedes - Escrevente.

1º TABELIONATO DE NOTAS ACAIABA

O presente instrumento foi apresentado hoje para REGISTRO sob nº 192/195
Livro nº 012 de Registro de [illegible]
Protocolo de Autenticação sob nº 927
05 / 03 / 18
Sandra Gloria de A. Pinheiro

Pessoa Física/Jurídica:
NATANAEL GALVÃO LUZ-SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Inscrição Municipal:
6583

Nome Fantasia:

CPF/CNPJ:
30.129.390/0001-65

Endereço:
RUA PLANALTO 523 - CENTRO - AUGUSTINOPOLIS - TO

Atividade:
SERVIÇOS ADVOCATICIOS.

Licença para:
LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Obs.:

Data da Emissão:
02/01/2020

Data de Validade:
31/12/2020

Adryanna S. Oliveira Salume
Dept. de Tributos e Fiscalização
Secretária da Fazenda

Paulo Esse da Silva Ramos
Sec. Mun. de Adm. e Desenv. Econ.
Dec. nº 001/2017 de 02/01/2017

PREF. M. CB - TO
PROC. nº
FLS nº 103
ASS:

PREF. M. CB - TO

PREF. M. CB - TO

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 104
Ass:

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.129.390/0001-65 MATRIZ		05/03/2018

NOME EMPRESARIAL
NATANAEL GALVAO LUZ - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
69.11-7-01 - Serviços advocatícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
232-1 - Sociedade Unipessoal de Advocacia

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R RUA PLANALTO	523	

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
77.960-000	CENTRO	AUGUSTINOPOLIS	TO

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
NATANAEL.ADV@GMAIL.COM	(63) 9991-2200

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	05/03/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

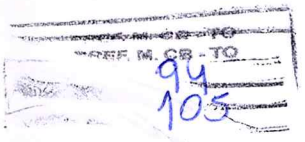
SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **06/04/2018** às **12:54:42** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

© Copyright Receita Federal do Brasil - 06/04/2018

Nº da Conta: 0389686277
Mês de referência: 12/2019
Período: 11/11/2019 a 10/12/2019
Data de emissão: 12/12/2019



www.vivo.com.br/meuvivo

Central de Relacionamento *848 / 1058

Telefônica Brasil S.A.
Av. NS-2, 104 Sul - Conjunto 03 - Lote 01 - Sala 1
CEP 77020-030 - Palmas - TO
Tel.: 29 089 576 6
CNPJ Matriz: 02.558.157/0001-62
CNPJ Filial: 02.558.157/0016-60
Nº NFST: 001.330.058/12/2019
Nº Série / Sub Série:
Atende a Convênio 115/2003 - CFOP 5.307
Descrição PF/PJ: OUTROS

NATANAEL GALVAO LUZ - SOCIEDADE IND
R PLANALTO, 523
CENTRO
77960-000 AUGUSTINOPOLIS - TO

Vencimento
03/01/2020

Total a Pagar - R$
34,12

Planos Anatel
150 PJ SMP - SMART EMPRESAS 0,5GB

O que esta sendo cobrado	Quantidade de Plano/Pacote	Quantidade de Números Vivo	Valor Total R$
Serviços Contratados			
SMART EMPRESAS 0,5GB	1		14,46
PACOTE DADOS SME 0,5GB	1		0,00
Subtotal			14,46

Utilização Dentro do Plano/Pacote	Incluso Plano/Pacote	Utilizado Minutos/Unidades	
APLICATIVOS ESSENCIAIS	100,00GB	37,78MB	0,00
FRANQUIA INTERNET COMPARTILHADA	1,00GB	172,66MB	0,00
FRANQUIA INTERNET DOUBLE PLAY	512,00MB	158,09KB	0,00
FRANQUIA TORPEDO	7.667		0,00
SERVIÇO OFFSTAGE	-		0,00

Serviços Telefônica Brasil 02.558.157/0135-74

Assinatura - Serviços Contratados	4,66
Subtotal	4,66

Outros Lançamentos

Parcelamento (Ex: Conta Aparelho e Outros)	15,00
Subtotal	15,00

TOTAL A PAGAR	34,12

MENSAGEM IMPORTANTE PARA VOCÊ

O relatório detalhado está disponível em www.vivo.com.br/meuvivo e pode ser solicitado impresso, de forma permanente ou não

Evite o pagamento em dia e evite a suspensão parcial/total dos serviços e a inclusão nos órgãos de proteção do crédito. Para pagamentos após o vencimento serão cobrados encargos de 2% e juros de 1% ao mês em conta futura.

vivo

Nome do Cliente	Vencimento	Total a Pagar - R$
NATANAEL GALVAO LUZ - SOCIEDADE IND	03/01/2020	34,12

Cód. Débito Automático: 0389686277-6 | Nº da Conta: 0389686277 | Mês Referência: 12/2019

84970000009 8412005 0016 103896862770 121912001033 Autenticação Mecânica

PREF. M. CS - TO
PROC. nº 94
FLS nº 106
ASS:

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: NATANAEL GALVAO LUZ - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ: 30.129.390/0001-65

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:57:34 do dia 05/12/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/06/2020.
Código de controle da certidão: **0C2A.DCBA.0BAB.B03B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 107
Ass:

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão:
2651870

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

RAZÃO SOCIA

CNPJ 30.129.390/0001-65 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

ATIVIDADE ECONÔMICA:

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO -

FINALIDADE:
LICITAÇÃO

HISTÓRICO:

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço http://www.to.gov.br/sefaz

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente , o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Quarta-feira, 18 de Dezembro de 2019 - 23h 57m 00s **Emitida Via INTERNET**

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
Esta certtidão esta vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 107
Ass:

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 30.129.390/0001-65
Razão Social: NATANAEL GALVÃO LUZ SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Endereço: R PLANALTO 523 / CENTRO / AUGUSTINOPOLIS / TO / 77960-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/12/2019 a 19/01/2020

Certificação Número: 2019122104181799872667

Informação obtida em 02/01/2020 12:06:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 109
Ass:

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTINÓPOLIS
Rua D. Pedro I nº 352 – Centro – CNPJ nº 00237206/0001-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTINÓPOLIS-TO CNPJ 00.237.206/0001-30

"CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO"

(Validade 90 Dias)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTINÓPOLIS-TO. CERTIFICA para todos os fins que se fizerem necessários que à empresa, **NATANAEL GALVAO LUZ - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, estabelecido na Rua planalto, 523 - Centro, neste Município de Augustinópolis -TO, detentora do **CNPJ: 30.129.390/0001-65**, não possui nenhum débito pendente junto à Fazenda Pública Municipal de Augustinópolis. Fica reservado o direito da Secretária Municipal da Fazenda, a requerer quitação dos débitos que porventura surgirem no futuro.

Era o que tinha à certificar a respeito.

Augustinópolis -TO, aos 20 dias do mês de Novembro de 2019.

AILTON PEREIRA ALMEIDA
Gerente da Divisão de Fiscalização e Arrecadação
Secretaria Municipal da Fazenda

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 110
Ass:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: NATANAEL GALVAO LUZ - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 30.129.390/0001-65
Certidão nº: 186918654/2019
Expedição: 18/10/2019, às 10:56:16
Validade: 14/04/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **NATANAEL GALVAO LUZ - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.129.390/0001-65, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

PREF M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 111
Ass:

Empresa: NATANAEL GALVAO LUZ - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
C.N.P.J. 30.129.390/0001-65
Local: Junta Comercial Data: 05/03/2018
Balanço encerrado em: 31/12/2018

BALANÇO PATRIMONIAL

Código	Classificação	Descrição	Saldo Atual
1	1	ATIVO	21.699,28D
2	1.1	ATIVO CIRCULANTE	21.699,28D
3	1.1.1	DISPONÍVEL	21.699,28D
4	1.1.10.1	CAIXA	21.590,00D
5	1.1.10.100.1	CAIXA GERAL	21.590,00D
7	1.1.10.2	BANCOS CONTA MOVIMENTO	109,28D
8	1.1.10.200.1	BANCO DO BRASIL	109,28D
149	2	PASSIVO	21.699,28C
150	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	385,86C
169	2.1.4	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	85,86C
170	2.1.40.1	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	85,86C
179	2.1.40.101.5	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	85,86C
200	2.1.6	OUTRAS OBRIGAÇÕES	300,00C
202	2.1.60.2	CONTAS A PAGAR	300,00C
510	2.1.60.200.1	HONORARIOS CONTABEIS	300,00C
242	2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.313,42C
243	2.3.1	CAPITAL SOCIAL	20.000,00C
244	2.3.10.1	CAPITAL SUBSCRITO	20.000,00C
245	2.3.10.100.1	CAPITAL SOCIAL	20.000,00C
264	2.3.5	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.313,42C
265	2.3.50.1	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.313,42C
266	2.3.50.100.1	LUCROS ACUMULADOS	1.313,42C

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2018 TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO R$ 21.699,28 (vinte e um mil seiscentos e noventa e nove reais e vinte e oito centavos)

NATANAEL GALVAO LUZ
ADVOGADO
OAB/TO 5231

DANIEL MARTINS DE OLIVEIRA
CONTADOR
Reg. no CRC - TO sob o Nº. 001211
CPF: 328.920.473-15

PREF. M. CB - TO
PRÓC. nº 94
FLS nº 110
Ass:

Empresa: NATANAEL GALVAO LUZ - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

BALANCETE

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo Atua
1	1	ATIVO	0,00	93.496,92	71.797,64	21.699,28
2	1.1	ATIVO CIRCULANTE	0,00	93.496,92	71.797,64	21.699,28
3	1.1.1	DISPONIVEL	0,00	59.880,92	38.181,64	21.699,28
4	1.1.10.1	CAIXA	0,00	24.414,92	2.824,92	21.590,00
5	1.1.10.1.1	CAIXA GERAL	0,00	24.414,92	2.824,92	21.590,00
7	1.1.10.2	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	35.466,00	35.356,72	109,28
8	1.1.10.2.1	BANCO DO BRASIL	0,00	35.466,00	35.356,72	109,28
12	1.1.2	CLIENTES	0,00	33.616,00	33.616,00	0,00
13	1.1.20.1	DUPLICATAS A RECEBER	0,00	33.616,00	33.616,00	0,00
146	1.1.20.1.2	CAMARA MUNICIPAL DE MAURILANDIA	0,00	21.000,00	21.000,00	0,00
147	1.1.20.1.3	CAMARA MUNICIPAL DE ESPERANTINA	0,00	8.800,00	8.800,00	0,00
148	1.1.20.1.4	SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PC	0,00	3.816,00	3.816,00	0,00
149	2	PASSIVO	0,00	37.802,14	59.501,42	21.699,28
150	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	0,00	20.582,14	20.968,00	385,86
169	2.1.4	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	0,00	1.132,76	1.218,62	85,86
170	2.1.40.1	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	0,00	1.132,76	1.218,62	85,86
171	2.1.40.1.1	IMPOSTOS NAO PAGOS A RECOLHER	0,00	1.132,76	1.218,62	85,86
200	2.1.6	OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	2.229,38	2.529,38	300,00
202	2.1.60.2	CONTAS A PAGAR	0,00	1.800,00	2.100,00	300,00
203	2.1.60.2.1	HONORARIOS CONTABEIS	0,00	1.800,00	2.100,00	300,00
204	2.1.60.4	ENERGIA ELETRICA, AGUA E TELEFONE A PAGA	0,00	429,38	429,38	0,00
205	2.1.60.4.1	ENERGIA ELETRICA A PAGAR	0,00	429,38	429,38	0,00
207	2.1.7	DIVIDENDOS, PART. E JURO SOBRE O CAPITAL	0,00	17.220,00	17.220,00	0,00
208	2.1.70.1	DIVIDENDOS	0,00	17.220,00	17.220,00	0,00
209	2.1.70.1.2	DIVIDENDOS A PAGAR	0,00	17.220,00	17.220,00	0,00
242	2.3	PATRIMÔNIO LIQUIDO	0,00	17.220,00	38.533,42	21.313,42
243	2.3.1	CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
244	2.3.10.1	CAPITAL SUBSCRITO	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
245	2.3.10.1.1	CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
264	2.3.5	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	17.220,00	18.533,42	1.313,42
265	2.3.50.1	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	17.220,00	18.533,42	1.313,42
266	2.3.50.1.1	LUCROS ACUMULADOS	0,00	17.220,00	18.533,42	1.313,42
269	3	CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS	0,00	8.663,96	8.663,96	0,00
295	3.2	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	8.663,96	8.663,96	0,00
296	3.2.1	DESPESAS COM SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	4.659,53	4.659,53	0,00
319	3.2.10.6	DESPESAS GERAIS	0,00	4.659,53	4.659,53	0,00
321	3.2.10.6.4	COMPRAS COM CARTÃO	0,00	179,47	179,47	0,00
324	3.2.10.6.5	PAGAMENTO DE TITULO	0,00	1.761,58	1.761,58	0,00
325	3.2.10.6.6	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	0,00	1.824,00	1.824,00	0,00
326	3.2.10.6.9	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	0,00	892,48	892,48	0,00
329	3.2.2	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	4.004,43	4.004,43	0,00
345	3.2.20.3	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	159,65	159,65	0,00
346	3.2.20.3.1	IPTU	0,00	113,65	113,65	0,00
347	3.2.20.3.5	TAXAS DIVERSAS	0,00	46,00	46,00	0,00
353	3.2.20.4	DESPESAS GERAIS	0,00	3.459,70	3.459,70	0,00
354	3.2.20.4.1	ENERGIA ELETRICA	0,00	688,20	688,20	0,00
355	3.2.20.4.2	AGUA E ESGOTO	0,00	29,50	29,50	0,00
361	3.2.20.4.8	ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	0,00	2.100,00	2.100,00	0,00
362	3.2.20.4.9	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	0,00	651,00	651,00	0,00
367	3.2.20.5	DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	385,08	385,08	0,00
368	3.2.20.5.1	JUROS PASSIVOS	0,00	11,33	11,33	0,00
369	3.2.20.5.2	TARIFAS E COMISSOES BANCARIAS	0,00	373,75	373,75	0,00
402	4	CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS	0,00	29.634,62	29.634,62	0,00
403	4.1	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	29.634,62	29.634,62	0,00
404	4.1.1	RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	28.416,00	28.416,00	0,00
410	4.1.10.2	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	28.416,00	28.416,00	0,00
411	4.1.10.2.1	SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	28.416,00	28.416,00	0,00
413	4.1.2	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00	1.218,62	1.218,62	0,00
424	4.1.20.2	(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	1.218,62	1.218,62	0,00

Empresa: NATANAEL GALVAO LUZ - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
C.N.P.J.: 30.129.390/0001-65
Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 113
Ass:

BALANCETE

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
160	1.1.3.01.2004	(-) SIMPLES NACIONAL	0,00	1.218,62	1.218,62	0,00
460	5	CONTAS DE APURAÇÃO	0,00	28.416,00	28.416,00	0,00
461	5.1	CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	0,00	28.416,00	28.416,00	0,00
471	5.1.4	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	28.416,00	28.416,00	0,00
472	5.1.40.1	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	28.416,00	28.416,00	0,00
473	5.1.40.101	RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	28.416,00	28.416,00	0,00

RESUMO DO BALANCETE

ATIVO	0,00	50.498,62	51.717,24	21.545,38
PASSIVO	0,00	22.802,24	50.503,62	27.701,38
CONTAS DE RESULTADO - CUSTOS E DESPESAS	0,00	8.662,38	8.662,38	0,00
CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS	0,00	28.534,62	28.534,62	0,00
CONTAS DE APURAÇÃO	0,00	28.416,00	28.416,00	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	28.416,00	28.416,00	0,00
(-) PROVISÕES	0,00	150.961,88	147.293,62	3.668,26
(-) DEPRECIAÇÕES	0,00	4.274,00	99.136,00	94.862,00
(-) PROVISÃO PARA PDD	0,00	0,01	0,01	0,00
(-) PROVISÃO PARA PDD - ATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00

NATANAEL GALVAO LUZ
ADVOGADO
CPF: 928.[illegible]-87

DANIEL MARTINS DE OLIVEIRA
CONTADOR
Reg. no CRC - TO sob o No 001211
CPF: 328.920.473-15

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 114
Assª:

Empresa: NATANAEL GALVAO LUZ - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ: 30.129.306/0001-65

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2018

Descrição	Saldo	Total
RECEITA BRUTA		
SERVIÇOS PRESTADOS	28.416,00	28.416,00
DEDUÇÕES		
SIMPLES NACIONAL	1.218,62	(1.218,62)
RECEITA LÍQUIDA		27.197,28
LUCRO BRUTO		27.197,28
DESPESAS OPERACIONAIS		(8.662,96)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
COMPRAS COM CARTAO	(179,47)	
PAGAMENTO DE TITULO	(1.763,58)	
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(1.824,00)	
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	(692,40)	
[illegible]	(113,85)	
DIVERSAS	(45,00)	
ENERGIA ELETRICA	(685,20)	
AGUA E ESGOTO	(38,50)	
ASSISTENCIA CONTABIL	(2.100,00)	
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(691,00)	
JUROS PASSIVOS	(11,23)	
TARIFAS E COMISSÕES BANCARIAS	(317,73)	(8.662,96)
RESULTADO OPERACIONAL		18.534,32
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		18.534,32
LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO		18.534,32

NATANAEL GALVAO LUZ
ADVOGADO
CPF: 020.212.923-33

DANIEL MARTINS DE OLIVEIRA
CONTADOR
Reg. no CRC - TO sob o No. 001271
CPF: 328.920.473-15

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 115
Ass:

OAB TOCANTINS

Palmas/TO, 04 de janeiro de 2016.

OFÍCIO N. 001/2017-GAB/PRES

Senhor (a) Advogado(a),

Cumprimentando-o (a) cordialmente, ao iniciar de mais um ano, com previsão de grandes conquistas para a advocacia, com o intuito de buscar novos horizontes, contamos com os colegas para nos emprestar a sua colaboração.

Na esteira desse raciocínio, temos ciência de que os advogados que militam na área pública municipal estão com inúmeras dificuldades para contratar com os diversos municípios em razão das divergências sobre a forma de contratação, uma vez que o Tribunal de Contas do Estado tem decidido de forma contrária àquela que prestigia a capacidade do profissional e imprescindível confiança que o gestor público deve ter em seu advogado.

Assim, tendo em vista que o Superior Tribunal de Justiça já decidiu no julgamento do Resp 1.192.332/RS, que não é crime a contratação de advogado pela Administração através da inexigibilidade de licitação, na forma preconizada nos artigos 13, e 25, da Lei de Licitações, bem como o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o Inq. 3074/SC.

Da mesma forma, o Conselho Nacional do Ministério Público expediu Recomendação n.º 36, de 14 de junho de 2016, aos membros do Parquet para se absterem de denunciar e de promover ações de improbidade apenas pelo fato da contratação do advogado através de inexigibilidade.

A Advocacia-Geral da União também se manifestou nesse sentido, conforme o parecer dado na ADC n.º 45, dado em 14 de outubro de 2016.

Dessa forma, objetivando a unificação da forma de contratação de advogados pela Administração Pública municipal, de modo a marcar a posição da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Tocantins, pacificando a controvérsia existente entre os próprios profissionais que atuam na área, recomenda-se, sempre que possível, a adoção do critério

Quadra 201 Norte, Conjunto 03, Lotes 1 e 2 – Cep: 77.001-132 – Palmas/To
Fone: (63) 3212-9627 – Cel (63) 99245-3589 Email prerrogativas@oabto.org.br
www.oabto.org.br

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 116
Ass:

legal da inexigibilidade de licitação, previsto na Lei n. 8.666/93, sem prejuízo de outras quando o objeto assim o exigir.

Augurando que o novo ano traga mais luz aos entendimentos entre tribunais e jurisdicionados, externo sinceros protestos de paz, harmonia e equilíbrio a todos.

Atenciosamente,

Walter Ohofugi Jr
Presidente OAB/TO

OAB TOCANTINS Tribunal de Ética e Disciplina

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 117
ASS:

OFÍCIO/TED-OAB/TO n.º230 /2016.

Palmas/TO, 29 de novembro de 2016.

À sua Excelência, o Senhor,

Prefeito JOÃO EMÍDIO

Presidente da ATM

Nesta

Prezado Senhor Presidente,

Considerando que o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB dispõe em seu Art. 5° que "***O exercício da advocacia é incompatível com qualquer procedimento de mercantilização***" e, em seu Art. 39 que "*A publicidade profissional do advogado tem caráter meramente informativo e deve primar pela discrição e sobriedade, não podendo configurar captação de clientela* ***ou mercantilização da profissão***";

Ainda, considerando que o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB dispõe em seu Art. 48. § 6°. **Deverá o advogado observar o valor mínimo da Tabela de Honorários instituída pelo respectivo Conselho Seccional** onde for realizado o serviço, inclusive aquele referente às diligências, sob pena de caracterizar-se aviltamento de honorários.

Deste modo, ponderando que a Lei Federal nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB), dispõe em seu artigo 34 sobre as infrações disciplinares, elencando-as nos atinentes incisos, e traz nos artigos 35 e 36, respectivamente, as penas compatíveis à conduta reprovável, insta ressaltar que dentre elas, há possibilidade de sanção ao profissional que praticar honorários abaixo daqueles previstos na tabela;

Ao final, considerando que a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Seccional do Tocantins dispõe de TABELA DE HONORÁRIOS para advogados municipalistas, devidamente aprovada nos termos regimentais;

Solicitamos a Vossa Excelência que replique este ofício recomendativo para todos os atuais prefeitos e prefeitos eleitos a fim de que evite o caráter mercantilista na contratação de advogados, bem como que observe o valor mínimo da tabela de honorários da OAB – Seccional do Tocantins, publicada e disponível no site www.oabto.org.br.

Atenciosamente,

Walter Ohofugi Júnior
Presidente da OAB/TO

Elaine Ayres Barros
Presidente do TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA-TED

RECEBEMOS
EM 28/12/16
Maria Lucia Fosa
16:33

Quadra 201 Norte, Conjunto 03, Lotes 1 e 2 – CEP: 77.001-132, Palmas/TO
www.oabto.org.br
Fone: (63) 3212-9600 – Fax (63) 3212 -9601

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 94
FLS nº 118
Ass:

PREFEITURA DE CARRASCO BONITO
NOVO TEMPO, NOVOS RUMOS.
CNPJ: 25.064.023/0001-90

Processo nº 094/2019

DESPACHO

Diante da proposta de prestação de serviços e dos documentos anexados, determino a remessa do processo ao controle interno para análise e parecer.

Carrasco Bonito - TO, 02 de janeiro de 2020.

JOSÉ MARQUES DA SILVA
Secretário de Administração